

Governo sem verba

Um levantamento da Seplan entregue a Sarney revela que 86,4% do orçamento da União já estão comprometidos com o pagamento de pessoal e de dívidas.

CA ECONÔMICA

Sábado, 22-2-86 — O ESTADO DE S. PAULO

para seus programas

orcamento da União já estão comprometidos com o pagamento de pessoal e de dívidas.

Se o governo federal de fato executar seu programa social para 1986, o que custará Cr\$ 76,1 trilhões, lhe restarão menos de Cr\$ 10 trilhões para os outros setores, pois 86,4% do orçamento da União para este ano já estão comprometidos com pagamento de pessoal, de dívidas e outros encargos.

O ministro do Planejamento, João Sayad, dentro de suas novas funções de acompanhamento e avaliação dos programas governamentais, entregou ao presidente José Sarney documento de 170 páginas com este diagnóstico permitido pela análise detalhada do orçamento da União.

O documento revela que da arrecadação total de Cr\$ 626,6 trilhões prevista para este ano, o governo poderá contar com apenas Cr\$ 85,5 trilhões livres para a aplicação nos programas nacionais prioritários. Do total arrecadado, Cr\$ 541,1 trilhões encontram-se comprometidos com pagamento de pessoal, de encargos e amortização da dívida, transferências a Estados e municípios e outras vinculações.

Até abril, o governo garante que as contas estarão equilibradas. Mas a insuficiência de recursos livres poderá levar o governo a aumentar seu endividamento, e isso aumenta as taxas de juros. Se o setor público investe menos, é porque está endividado; e o setor privado também investe menos porque são raros os investimentos produtivos capazes de gerar receita superior às taxas de juros. A consequência do desequilíbrio financeiro do setor público é a baixa taxa de investimento.

O documento resume as consequências dessa política: sem novos investimentos, hoje, é inevitável o desemprego no futuro. Mas ressalva que o desequilíbrio do setor público origina-se no endividamento externo, sendo resultado do impacto do ajuste das contas externas, da perda de receita e da elevação das taxas de juros.

As consequências são pesadas. Este ano, somente para o pagamento dos encargos da dívida, estão previstos Cr\$ 159,9 trilhões, que, somados aos recursos necessários à amortização, elevam-se a Cr\$ 202,3 trilhões. Portanto, 32% do orçamento do Tesouro está comprometido com os encargos de financiamento e amortização da dívida. Com pessoal, os gastos estimados passam de Cr\$ 100 trilhões.

Prioridades

O orçamento do Tesouro para 1986 contém profunda redefinição de prioridades, com ênfase no desenvolvimento social. Para a educação, foram alocados Cr\$ 30,4 trilhões, dos quais Cr\$ 27,5 trilhões aplicados através do Ministério da Educação. Os recursos para as ações de saúde tiveram aumento real de 50,7%. As dotações para habitações urbanas, controle da poluição e contra inundações aumentaram 432% em termos reais.

A elaboração do orçamento do Tesouro para 1986 incluiu contas que antes integravam o orçamento monetário. Houve um acréscimo de Cr\$ 235,5 trilhões na despesa e Cr\$ 40,5 trilhões na receita. Com a unificação orçamentária, a vantagem é que fica claro para a sociedade o nível do subsídio e do déficit, da ordem de Cr\$ 195 trilhões, parcialmente coberto com o pacote adotado no final do ano passado.

Os recursos decorrentes da capacidade do Tesouro de gerar poupança em conta corrente são de Cr\$ 76,1 trilhões, com a composição isolada do orçamento. Com a incorporação do orçamento monetário, o resultado da relação receita-despesas correntes passa a ser deficitário em Cr\$ 36,1 trilhões.

Impostos

A situação da conta-corrente orçamentária que apresenta esse nível de poupança negativa, mas as necessidades de amortização da dívida externa e interna e a outras despesas de capital compatíveis com o programa de trabalho do governo, pressupõe a necessidade de financiamento, apesar do aumento de impostos e redução de gastos já efetuados.

Em 1986, o padrão histórico de pouca expressividade das receitas de capital na formação da receita do Tesouro, com a inclusão de operações de crédito, experimentará importante alteração, passando dos tradicionais 3% para cerca de 34%. Na composição do Imposto de Renda retido na fonte, há ainda outra importante alteração na origem dos recursos a serem arrecadados: a tributação sobre rendimentos de capital, que representava 37,5% em 1985, contra 33,4% dos rendimentos de trabalho, tem sua estrutura alterada para 48% e 27%, respectivamente.

O documento levado por Sayad a Sarney menciona ainda que, com a incorporação das contas do orçamento monetário ao orçamento do Tesouro, os recursos alocados aos encargos financeiros da União passassem a representar 38,8% do total do orçamento para 1986, envolvendo encargos da dívida pública, os subsídios aos programas oficiais de crédito e as aquisições de produtos agrícolas.

O ministro Sayad entregou um outro documento ao presidente da República. Trata-se de um levantamento da economia brasileira em 1985, considerado positivo. O documento assinala que o salário mínimo teve crescimento de 12% acima do custo de vida. No campo tributário, a isenção média de retenção de imposto teria alcançado 50%. Na área externa, o Brasil "afirmou sua soberania".

Assis Moreira — AE Brasília